

RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E LAICIDADE: UMA AGENDA PARA PESQUISAS

Luis Felipe Rios¹

A ideia de olhar o candomblé para além dos muros dos terreiros é, de certo, uma das pedras de toque do texto de Mattijs Van de Port, aqui em debate. O autor apresenta o candomblé como um “banco de símbolos” (p. 135) que entra em relações de troca com variados circuitos da “economia de representação” (p. 135) da sociedade brasileira abrangente. Como o próprio autor destaca, se, nas etnografias contemporâneas, ainda há enfoques que apresentam os terreiros como se estes não se constituíssem em relação com outras dimensões da cultura nacional, já faz algum tempo que os cientistas sociais ampliaram o escopo de suas buscas, no sentido de não apenas procurar a África no candomblé, mas também de buscar o Brasil no candomblé, e o candomblé no Brasil (Augras, 2000; Rios, 2004).

A contribuição de *Candomblé em rosa, verde e preto* não é tanto a forma de recortar o universo de investigação, abordando o candomblé desde sua relação com a sociedade abrangente, mas o assento sobre as relações políticas entre o candomblé (ou certo candomblé baiano) e as esferas de poder público, e, de modo mais aprofundado, sobre a penetração dos símbolos afro-brasileiros em três importantes movimentos sociais do mundo contemporâneo: o movimento negro, o movimento LGBT e movimento ecológico. No meu entender, Van de Port consegue nos fazer ver que também as religiões afro-brasileiras entram na esfera pública e no campo político brasileiro. Fenômeno que, se já foi percebido antes, a exceção da discussão sobre religiões afro-brasileiras e movimento negro (Cunha, 1999), poucas vezes foi discutido nos devidos termos.

O texto de Van de Port torna-se, então, importante instrumento analítico quando trazido para incrementar o debate sobre a laicidade do Estado. Esse debate tem se centrado sobre aquilo que ganha mais visibilidade

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Pernambuco

e/ou que na atualidade mais preocupa os comprometidos com os ideais de uma sociedade brasileira democrática e promotora de direitos: a expansão dos veículos comunicacionais das igrejas evangélicas e o crescimento das bancadas cristãs em todos os níveis do legislativo brasileiro (Birman, 2003; Machado, 2008). Fenômenos com implicações para a garantia dos direitos humanos, os quais se tornam reféns de interpretações baseadas em morais religiosas fundamentalistas de alguns grupos religiosos mais influentes nas esferas formadoras da opinião e da lei (Duarte; Gomes; Menezes; Natividade, 2009). Temas como aborto, orientação sexual, e enfrentamento ao uso abusivo de drogas, por exemplo, são objetos de disputas de significação que muitas vezes colocam em risco a vida e o bem-estar de categorias de pessoas, as quais passam a ser marginalizadas e/ou destituídas de direitos quando perspectivas religiosas são tomadas como o parâmetro para formulação e/ou interpretação e/ou excussão das leis.

A título de exemplo, entre 2008 e 2009, tivemos a oportunidade de conversar com conselheiros tutelares da cidade do Recife sobre a gestão da sexualidade de crianças e jovens. Chamou atenção a explícita referência à utilização das doutrinas e morais religiosas cristãs para orientar suas atuações. Uma (nem tão) sutil “relação de dependência” entre equipamentos do Estado e religião, que contraria o artigo 5º. da Constituição Federal. Em adição aparecia certo descrédito de que os dispositivos do Estado, sozinhos (ou seja, sem a força moral religiosa cristã), pudessem dar conta de sustentar a vida em sociedade (Queiroz; Rios; Souza, 2009).

O fenômeno reaparece no campo da saúde. Em pesquisas sobre as respostas religiosas à epidemia de AIDS no Brasil, pudemos perceber como católicos, evangélicos e afro-brasileiros foram afetados pela epidemia de significações que acompanha a disseminação do vírus HIV. Identificamos maneiras diferenciadas de lidar com a epidemia e de atuar publicamente, expressando para o mundo opiniões sobre as implicações morais (religiosas) que circulam o infectar-se por HIV, o adoecer de AIDS e as práticas de prevenção (Seffner; Silva; Maksud *et al.*, 2008; Rios; Paiva; Oliveira *et al.*, 2008).

O observamos que muitas vezes as instituições religiosas são explicitamente convocadas pelo Estado para atuar onde este deveria estar. Tivemos, por exemplo, a chance de descrever o processo de chegada das secretarias municipal e estadual de saúde nos terreiros afro-brasileiros do Recife e as negociações de significado (sobre o HIV, a Aids, o axé e a iniciação) necessárias para a construção de uma resposta afro-religiosa à epidemia, afinada à política de atenção em HIV/Aids do Estado (Rios; Oliveira, Garcia *et al.*, 2011). A leitura do texto de Van de Port me fez voltar a refletir sobre aquela história de enfrentamento, na interface com as histórias de enfrentamento da epidemia de Aids dos evangélicos e dos católicos. Revendo o discurso dos técnicos de saúde pública e dos representantes das ONGs laicas entrevistados, observei que em nenhum momento surgiram questionamentos sobre laicidade quando estes foram interpelados sobre a resposta afro-brasileira à epidemia. Tal questionamento era comum quando os entrevistados eram chamados a opinar sobre as formas de atuar em Aids de alguns setores da igreja católica e de algumas igrejas evangélicas.

O que quero sublinhar com este último exemplo é que, na minha interpretação, há certa naturalização de *uma incapacidade de influência* das religiões afro-brasileiras sobre o poder público, a ponto de ninguém mencionar princípios de laicidade quando comentam a convocação destas para estabelecer parcerias com o Estado. A laicidade era mais facilmente lembrada quando as tradições religiosas cristãs emitiam suas opiniões, ou se fazia menção às suas atuações junto com os equipamentos do Estado na promoção da saúde.

O texto de Van de Port possibilita chamar atenção para algo que muitas vezes passa despercebido: a presença política das religiões afro-brasileiras no espaço público e sua influência nas esferas de poder. Neste âmbito, a circulação de símbolos afro-brasileiros na sociedade abrangente implica certo modo de atribuir sentido e valor sobre as coisas do mundo. Quando esses símbolos passam a ser utilizados por rosas, verdes e pretos na luta por ampliação de direitos, eles carregam para o mundo público, para as arenas de embates com o Estado, um modo religioso de ler os direitos sexuais,

ambientais e raciais. O fato é que, muitas vezes, os mesmos ativistas que clamam pelo afastamento entre religião e Estado utilizam de religiosidade em seus discursos por ampliação de direitos.

De certo, a dimensão política é integrante de pessoas e comunidades (religiosas), e não se pode impedir (nem apagar) a disputa por significação e sentido que os religiosos estabelecem, nas diferentes instâncias do espaço público onde circulam. Não obstante, e lembrando que a laicidade surge, não contra as religiões, mas, dentre outras funções, como forma de garantir a diversidade religiosa nas sociedades democráticas e plurais, há a necessidade de dispositivos que garantam a prevalência do direito da pessoa, ainda que este se desalinhue daquilo que é prescrito pelas morais religiosas. Isso, independentemente de se a religião é afro, cristã ou qualquer outra. As Ciências Humanas têm e devem continuar contribuindo para a reflexão sobre os modos de garantir a laicidade. O texto em apreço, em suas entrelinhas, mostra que precisamos ampliar o olhar rumo a religiões que não são usualmente percebidas como instâncias atuantes neste campo de embates.

No caso das religiões afro-brasileiras, as reflexões apresentadas na etnografia de Mattijs Van de Port sugerem interessantes linhas de pesquisa no debate sobre espaço público e laicidade. Quero, para finalizar, sugerir algumas delas: a) investigar os modos como sacerdotes afro-brasileiros, nos diferentes contextos do Brasil, articulam-se com as diferentes esferas do poder público; as implicações disso para os terreiros, para o campo religioso afro-brasileiro mais amplo e para as dinâmicas do legislativo, executivo e judiciário; b) perceber as amplitudes nacional e regionais da circulação de símbolos afro-brasileiros na legitimação de posições sobre direitos no campo dos movimentos sociais; c) investigar como os símbolos afro-brasileiros chegam nas esferas de poder do Estado moderno acima elencadas. Uma agenda que exige olhar os terreiros, sua gente, seus símbolos e crenças como agentes, contribuintes e influentes para fazer o Brasil ser o que é.

REFERÊNCIAS

- AUGRAS, Monique. O terreiro na academia. In: MARTINS, C. & LODY, R. (Orgs.) *Faraimará – o caçador traz alegria: Mãe Stella, 60 anos de iniciação*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- BIRMAN, Patrícia. Imagens religiosas e projetos para o futuro. In: Birman, Patrícia, (Org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar, 2003.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes. Black movements and the “politics of identity” in Brasil. In: ALAVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Ed.) *Cultures of politics, politics of cultures. Re-visioning Latin American social movements*. Westview Press, 1999.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos; MENEZES, Rachel Aisengart; NATIVIDADE, Marcelo (Org.) *Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, p. 155-178, 2009.
- MACHADO, Maria das Dores. A atuação dos evangélicos na política institucional e a ameaça às liberdades laicas no Brasil. In: R. A. Lorea (Org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- QUEIROZ, Tacinara; RIOS, Luis Felipe; SOUZA, Monica. Conselhos Tutelares: reflexões sobre os usos do pastorado cristão na atenção a crianças e adolescentes. In: MENEZES-SANTOS, Jaileila de Araújo; RIOS, Luís Felipe. (Org.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 100-113.
- RIOS, Luis Felipe. O feitiço de Exu. Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- RIOS, Luis Felipe; OLIVEIRA, Cinthia; GARCIA, Jonathan; MUÑOZ-LABOY, Miguel; MURRAY, Laura; PARKER, Richard (2011) Blood, sweat

and semen: The economy of and the response of Afro-Brazilian religions to HIV and AIDS in Recife. *Global Public Health* (Print), v. 6, p. S257-S270.

RIOS, Luis Felipe; PAIVA, Vera; MAKSUD, Ivia; OLIVEIRA, Cinthia; CRUZ, Claudia; SILVA, Cristiane; TERTO JUNIOR, Veriano; PARKER, Richard. Os cuidados com a carne na socialização sexual dos jovens. *Psicologia em Estudo*, v. 13, p. 673-682, 2008.

SEFFNER, Fernando; SILVA, Cristiane; MAKSUD, Ivia; GARCIA, Jonathan; RIOS, Luis Felipe; NATIVIDADE, Marcelo; BORGES, Priscila.; PARKER, Richard; TERTO JÚNIOR, Veriano. Respostas Religiosas à Aids no Brasil: impressões de pesquisa acerca da Pastoral de DST/Aids da Igreja Católica. *Ciencias Sociales y Religión* (Impresso), v. 10, p. 159-180, 2008.